

**REGULAMENTO COMPLEMENTAR DO PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS DA
COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL – CESAMA**

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DO OBJETIVO DO REGULAMENTO COMPLEMENTAR	3
CAPÍTULO II - DOS CONCEITOS E PREMISSAS	3
CAPÍTULO III - DOS MEMBROS DO PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS.....	4
SEÇÃO I - DOS PARTICIPANTES	4
SEÇÃO II - DOS BENEFICIÁRIOS	5
CAPÍTULO IV - DA INSCRIÇÃO	7
SEÇÃO I - DA INSCRIÇÃO DOS MEMBROS	7
SEÇÃO II - DO CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO.....	8
SEÇÃO III - DOS REGIMES ESPECIAIS DE MANUTENÇÃO DE INSCRIÇÃO	10
CAPÍTULO V - DOS BENEFÍCIOS	11
SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	11
SEÇÃO II - DO SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	13
SEÇÃO III - DO SALÁRIO REAL DE BENEFÍCIO	14
SEÇÃO IV - DA SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA	15
SEÇÃO V – DO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO	16
SEÇÃO VI - DA SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	17
SEÇÃO VII - DA SUPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO POR MORTE.....	18
SEÇÃO VIII - DO ABONO ANUAL	20
SEÇÃO IX - DO PECÚLIO POR MORTE	21
SEÇÃO X – DO BENEFÍCIO MÍNIMO	21
SEÇÃO XI - DA FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO DOS BENEFÍCIOS	21
CAPÍTULO VI - DO CUSTEIO.....	23
CAPÍTULO VII - DOS FUNDOS DE COTAS.....	25
CAPÍTULO VIII - DO RESGATE DE CONTRIBUIÇÕES.....	27

CAPÍTULO IX - DA PORTABILIDADE	28
CAPÍTULO X - DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO COMPLEMENTAR DO PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS	29
CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	29
CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	29

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO DO REGULAMENTO COMPLEMENTAR

Artigo 1º - A CONTRATADA - FUNDO MULTIPATROCINADO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA/COMPLEMENTAR, doravante referido como SOCIEDADE, com sede a Rua XXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXX, Estado de XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXX-XXX, inscrito no CNPJ sob o Nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX e a COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL – CESAMA, com sede na Av. Rio Branco, 1843 - 8º ao 11º andares - Centro, cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, CEP: 36013-020, inscrito no CNPJ sob o Nº 21.572243/0001-74, doravante definida como PATROCINADORA, ajustam o presente Regulamento Complementar objetivando complementar as normas do Estatuto, do Regulamento Básico e do Convênio de Adesão, bem como especificar o que adiante contém.

CAPÍTULO II

DOS CONCEITOS E PREMISSAS

Neste Regulamento Complementar, os termos, expressões, palavras, abreviaturas e siglas relacionadas terão o seguinte significado, a menos que o contexto indique claramente outro sentido. Estes termos aparecem no texto com a primeira letra em maiúsculo, sendo que o masculino incluirá o feminino, e vice-versa, e o singular incluirá o plural, e vice-versa, salvo indicação contrária no texto.

“Assistido”: Participante ou Beneficiários que estiverem em gozo de qualquer dos benefícios assegurados por este Plano Misto de Benefícios.

“Atuário”: significará uma pessoa física ou jurídica com o propósito de conduzir avaliações atuariais e prestar serviços de consultoria atuarial e correlatos, quando necessário, para fins de manutenção deste Plano Misto de Benefícios. O Atuário contratado em qualquer ocasião deverá ser uma pessoa física que seja membro do Instituto Brasileiro de Atuária ou uma pessoa jurídica da qual conste, em seu quadro de profissionais, um membro do mesmo Instituto.

“Convênio de Adesão”: é o documento firmado entre a empresa que se inscreve na SOCIEDADE como PATROCINADORA de plano de benefícios, disciplinando as relações entre essas entidades, direitos, obrigações e penalizações, na forma da legislação vigente.

“Data Efetiva”: significará a data da publicação do Ministério da Previdência Social autorizando o funcionamento do presente Regulamento.

“Direito Acumulado”: significará à reserva matemática constituída com base nas contribuições do Participante e da PATROCINADORA.

“Extrato Consolidado”: documento entregue ao Participante, em razão de perda do vínculo empregatício ou funcional à PATROCINADORA ou na data da solicitação de

cancelamento da inscrição a este Plano, no caso de Autopatrocinado, o qual conterà as informações referentes a este Plano Misto de Benefícios.

“**Jóia**”: é um valor estipulado por cálculos atuariais, para aqueles que venham a ingressar na **SOCIEDADE**, que em função do resultado do exame médico, poderá ser cobrado do Participante, conforme disposto no §2º do Artigo 6º, e será destinado ao Fundo de Riscos.

“**Órgão Fiscalizador Competente**”: é a autoridade pública responsável pelas ações de normatização, coordenação, supervisão, fiscalização e controle das atividades das entidades fechadas de previdência complementar.

“**Plano de Benefícios Receptor**”: será considerado o plano para o qual serão portados os recursos financeiros correspondentes ao Direito Acumulado do Participante em caso de opção pela Portabilidade, na forma, prazo e condições estabelecidas pela legislação em vigor na data de opção pela Portabilidade.

“**Portabilidade**”: faculdade concedida ao Participante que tiver seu vínculo com a **PATROCINADORA** rescindido, para portar os recursos financeiros correspondentes ao seu Direito Acumulado para outro plano de benefícios, na forma, prazo e condições estabelecidas pela legislação em vigor na data de opção pela Portabilidade.

CAPÍTULO III

DOS MEMBROS DO PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS

Artigo 2º - São membros deste Plano Misto de Benefícios:

- I - a **PATROCINADORA**;
- II - os Participantes;
- III - os Assistidos
- IV - os Beneficiários.

Seção I

Dos Participantes

Artigo 3º - Compõem a classe dos Participantes deste Plano Misto de Benefícios, os Ativos e Autopatrocinados, nas modalidades de Contribuintes e não Contribuintes, e os Assistidos, que incluem também os Beneficiários

§1º - São considerados Participantes Ativos Contribuintes os empregados da

PATROCINADORA, inscritos neste Plano Misto de Benefícios, que estejam em pleno exercício de suas atividades laborais ou em gozo de afastamentos legais, computados como tempo de serviço ou de contribuição pela legislação previdenciária, à exceção do afastamento decorrente de Aposentadoria por Invalidez, e demais disposições legais, e que recolhem as contribuições determinadas no Plano de Custeio e Participantes Ativos Não Contribuintes aqueles que nas mesmas condições acima descritas, optem por não contribuir para este Plano Misto de Benefícios, observado o disposto no artigo 64 deste Regulamento Complementar.

§2º - São considerados Participantes Autopatrocinados aqueles que desejarem manter o valor de sua contribuição e a da **PATROCINADORA**, no caso de perda parcial ou total da remuneração recebida, para assegurar a percepção dos benefícios nos níveis correspondentes àquela remuneração ou em outros definidos neste Regulamento Complementar, sendo que a cessação do vínculo empregatício com a **PATROCINADORA** deverá ser entendida como uma das formas de perda total da remuneração recebida. Serão considerados Participantes Autopatrocinados aqueles que optarem pelo recolhimento das contribuições determinadas pelo Plano de Custeio quando este assim o determinar, e Participante Vinculado aqueles que optarem pelo Benefício Proporcional Diferido previsto no Artigo 30 deste Regulamento Complementar. A opção pelo Autopatrocínio não impede a posterior opção ao Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade ou o Resgate.

§3º - São considerados Participantes Assistidos aqueles que deixarem de ser Participantes Ativos ou Autopatrocinados ou Vinculados para entrar em gozo de benefício vitalício de prestação continuada, assegurado por este Plano Misto de Benefícios, incluindo os Beneficiários, ou seja, os dependentes do Participante falecido que entrarem em gozo da Suplementação de Pensão por Morte.

§4º - Equiparam-se aos empregados da **PATROCINADORA**, na forma do § 1º deste artigo, os seus diretores e gerentes.

Seção II

Dos Beneficiários

Artigo 4º - Consideram-se Beneficiários os dependentes de Participante relacionados no presente artigo e, nessa qualidade, inscritos neste Plano Misto de Benefícios:

- I - o cônjuge ou companheiro(a) mantido(a) em união estável nos termos da legislação vigente ou a qualquer tempo se houver filho em comum;
- II - os filhos solteiros menores de 21 (vinte e um) anos, desde que não emancipados; os inválidos de qualquer idade; e os maiores de 21 (vinte e um) e até 24 (vinte e quatro) anos, solteiros, que estejam cursando estabelecimento de ensino de 3º grau ou pós-graduação;

III - o pai e a mãe, na ausência de Beneficiários enquadrados nos incisos I e II, acima, desde que não tenham rendimentos suficientes para o próprio sustento e comprovem a dependência econômica definida no § 4º deste artigo.

§1º - Será considerado inválido, para efeito do inciso II deste artigo, o filho incapaz de exercer atividade que lhe garanta a subsistência, enquanto perdurar esta condição. A invalidez poderá ser verificada, periodicamente, por corpo clínico indicado pela **SOCIEDADE**, em comum acordo com a **PATROCINADORA**, mediante convocação do inválido para a realização de exame médico ou solicitação de laudo médico, que será validado por clínico indicado pela **SOCIEDADE**.

§2º - O enteado será equiparado aos filhos na forma prevista no inciso II deste artigo, desde que viva sob a dependência econômica do Participante, observado o disposto no § 5º deste artigo, item f.

§3º - O ex-cônjuge, após a anulação do casamento ou após a separação legal em que se torne expressa a percepção de alimentos, por determinação judicial, manterá a qualidade de Beneficiário.

§4º - Consideram-se rendimentos suficientes para o próprio sustento o valor equivalente a 2 (duas) UMC, definida no Artigo 21 deste Regulamento Complementar.

§5º - A comprovação de dependência dar-se-á por meio dos seguintes documentos:

a) cônjuge: certidão de casamento.

b) companheiro(a): a **PATROCINADORA** poderá promover sindicâncias e solicitar que sejam apresentados como prova de vida em comum um ou mais dos seguintes comprovantes: certidão de casamento segundo rito religioso, declaração de imposto de renda onde fique constatada a dependência, conta bancária conjunta, procuração ou fiança reciprocamente outorgada, declaração de dependência econômica.

c) filho: certidão de nascimento.

d) filho maior de 21 (vinte e um) anos e inválido: certidão de nascimento e atestado de invalidez expedido por corpo clínico indicado pela **SOCIEDADE**, em conjunto com a **PATROCINADORA**.

e) filho maior de 21 (vinte e um) e até 24 (vinte e quatro) anos, que esteja cursando estabelecimento de ensino de 3º grau ou pós-graduação: certidão de regularidade escolar, comprovante de matrícula emitido pelo estabelecimento de ensino.

f) enteado(a): decisão judicial que declare o Participante detentor do pátrio poder do menor e declaração de dependência econômica.

g) pai e mãe: certidão de nascimento e declaração de dependência econômica.

§6º - Por ocasião da inclusão de Beneficiários o Participante deverá ser cientificado da obrigação de comunicar qualquer alteração posterior nas condições de dependência, sem prejuízo da faculdade que a **SOCIEDADE** tem de realizar checagens periódicas.

§7º - Considera-se Beneficiário Principal, para os efeitos deste Regulamento Complementar, pela ordem: um dos Beneficiários relacionados nos incisos I, II e III deste artigo; o responsável legal do Beneficiário que ainda não atingiu a maioridade, para receber as prestações asseguradas por este Plano Misto de Benefícios em nome do Beneficiário.

CAPÍTULO IV DA INSCRIÇÃO

Seção I

Da Inscrição dos Membros

Artigo 5º - A inscrição do Participante e de seus Beneficiários neste Plano Misto de Benefícios é requisito indispensável à obtenção de qualquer benefício assegurado por este Regulamento Complementar.

Artigo 6º - A inscrição do Participante neste Plano Misto de Benefícios dar-se-á mediante requerimento escrito, em modelo impresso a ser fornecido pela própria **SOCIEDADE**, ao qual devem ser anexados os documentos por ela exigidos.

§1º - A **SOCIEDADE** solicitará a realização de exame médico, quando da inscrição do Participante, observado o disposto no Artigo 66 deste Regulamento Complementar.

§2º - Se, em função do resultado do exame médico, o Participante for considerado inapto, lhe será atribuída uma Jóia atuarialmente calculada, a ser paga à vista, de valor equivalente às Reservas Matemáticas dos Benefícios de Risco.

§3º - Ao Participante formalmente inscrito neste Plano Misto de Benefícios será entregue:

- a) certificado onde estarão indicados os requisitos que regulam a sua admissão e a manutenção da qualidade de Participante, bem como os requisitos de elegibilidade e forma de cálculo dos benefícios oferecidos por este Plano Misto de Benefícios;
- b) cópia do Estatuto, Regulamento Básico e Complementar atualizados e material explicativo que descreva, em linguagem simples e precisa, as características deste Plano;
- c) outros documentos que vierem a ser especificados pelo Órgão Fiscalizador Competente.

Artigo 7º - A inscrição de Beneficiários dar-se-á mediante declaração escrita do Participante, acompanhada dos documentos previstos no Artigo 4º deste Regulamento Complementar. A **SOCIEDADE** poderá exigir, a qualquer momento, a comprovação das condições de qualificação de Beneficiários formalmente inscritos.

Artigo 8º - A inscrição do Participante e dos Beneficiários será concretizada no ato de seu deferimento pela **SOCIEDADE**.

§1º - As opções de inscrição do Participante considerado inapto, de acordo com o § 2º do Artigo 6º deste Regulamento Complementar serão comunicadas ao interessado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da entrega do requerimento.

§2º - O indeferimento de pedido de inscrição de Beneficiário será comunicado ao interessado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da entrega do requerimento.

Artigo 9º - Ocorrendo o falecimento do Participante, sem que tenha sido feita a inscrição de Beneficiários, a estes será permitido promovê-la, observada a Seção II do Capítulo III deste Regulamento Complementar, e, em especial o Artigo 4º e seus parágrafos.

Artigo 10º - O Participante é obrigado a comunicar à **SOCIEDADE**, no prazo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência, qualquer alteração ocorrida nas declarações prestadas no ato de sua inscrição e de seus Beneficiários, sob pena de a **SOCIEDADE** suspender o pagamento dos benefícios previstos neste Regulamento Complementar, enquanto perdurar a irregularidade.

Seção II

Do Cancelamento da Inscrição

Artigo 11 - Dar-se-á o cancelamento da inscrição da **PATROCINADORA** pelo requerimento do seu desligamento.

Artigo 12 - Caso a **PATROCINADORA** seja objeto de fusão, cisão, transformação ou incorporação, as obrigações por ela assumidas para com a **SOCIEDADE**, decorrentes do Estatuto, do Convênio de Adesão, do Regulamento Básico e deste Regulamento Complementar e das disposições legais aplicáveis, serão objeto de acordo entre as partes interessadas. Caso a empresa sucessora assumas tais obrigações, ficará ela responsável por todos os encargos e direitos derivados da condição de **PATROCINADORA**, sem solução de continuidade.

Artigo 13 - Dar-se-á o cancelamento da inscrição do Participante que:

- I - vier a falecer;
- II - o requerer;
- III - deixar de exercer emprego ou mandato na **PATROCINADORA**;

IV - deixar de pagar as contribuições a que estiver obrigado, observado o disposto no § 2º do Artigo 50 deste Regulamento Complementar.

§1º - Não se enquadram no inciso III deste artigo os Participantes que ao se desligarem já tiverem cumprido os requisitos para solicitar benefícios suplementares previstos neste Regulamento Complementar, ou então, optarem por manter suas respectivas inscrições neste Plano Misto de Benefícios na qualidade de Participantes Autopatrocinados, conforme definido no Artigo 17, ou mesmo, na condição de Participante Vinculado, fazendo jus ao Benefício Proporcional Diferido, conforme previsto no Artigo 30 deste Regulamento Complementar.

§2º - Dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da perda do vínculo empregatício ou funcional com a **PATROCINADORA**, da cessação das contribuições a este Plano Misto de Benefícios ou da solicitação de cancelamento de inscrição, a **SOCIEDADE** fornecerá ao Participante Extrato Consolidado elaborado de acordo com a legislação aplicável em vigor, contendo, dentre outras informações:

a) valor do Direito Acumulado, apresentando, no mínimo:

a.1) valor da reserva constituída pelo Participante;

a.2) valor da Reserva Matemática, constituída com base das contribuições de Participante e **PATROCINADORA**.

b) indicação dos critérios e índice que serão utilizados para atualização dos valores objeto de Portabilidade, que não poderão ser inferiores àqueles estabelecidos pelo Órgão fiscalizador competente;

c) valor do Resgate de Contribuições, previsto no Artigo 57 deste Regulamento Complementar, bruto e líquido de tributos;

d) data hipotética de elegibilidade ao Benefício Proporcional Diferido, previsto no Artigo 30 deste Regulamento Complementar;

e) valor do Benefício Proporcional Diferido estimado com base na Reserva Matemática, nas premissas e hipóteses adotadas pela **SOCIEDADE** em simulações;

f) valor atual da contribuição mínima e necessária para que o mesmo possa optar pela manutenção de sua inscrição neste Plano na qualidade de Participante Autopatrocinado, conforme definido no Artigo 17 deste Regulamento Complementar; e

g) saldo das eventuais dívidas do Participante junto à **SOCIEDADE**.

§3º - Os valores referidos no § 2º deste artigo deverão se apurados na data da perda do vínculo empregatício ou funcional com a **PATROCINADORA**, na data da cessação das contribuições a este Plano Misto de Benefícios ou na data da solicitação do cancelamento de inscrição a este Plano, e os dados utilizados serão aqueles constantes do cadastro da

SOCIEDADE no momento da apuração.

§4º - A **SOCIEDADE** poderá incluir ou excluir outras informações no Extrato, desde que em acordo com a legislação em vigor.

Artigo 14 - O cancelamento da inscrição do Participante importará na imediata perda dos direitos inerentes a essa qualidade e no cancelamento automático da inscrição dos respectivos Beneficiários, independentemente de qualquer aviso ou notificação, observado o disposto no Artigo 15 deste Regulamento Complementar.

Parágrafo Único - Os Beneficiários, dependentes do Participante falecido não terão suas respectivas inscrições canceladas caso tenham o direito de receber o Benefício de Suplementação de Pensão por Morte, oferecido por este Regulamento Complementar.

Artigo 15 - O Participante Ativo ou Autopatrocinado que tiver cancelada sua inscrição neste Plano Misto de Benefícios não terá direito a nenhuma indenização ou pagamento, sendo-lhe assegurado, apenas, o recebimento do valor referente ao Resgate de Contribuições, conforme previsto no Artigo 57 e a opção pela Portabilidade, definida no Artigo 58, ambos deste Regulamento Complementar.

Parágrafo Único - Os Beneficiários com direito ao benefício de Suplementação de Pensão por Morte não poderão resgatar as cotas mencionadas no “caput” deste artigo.

Artigo 16 - Dar-se-á o cancelamento da inscrição do Beneficiário que deixar de cumprir as condições de dependência econômica, previstas na Seção II do Capítulo III deste Regulamento Complementar.

Seção III

Dos Regimes Especiais de Manutenção da Inscrição

Artigo 17 - Será permitida a manutenção da inscrição neste Plano Misto de Benefícios do Participante Ativo Contribuinte e Não Contribuinte que perder o vínculo empregatício ou funcional com a **PATROCINADORA** aportando, além de sua contribuição, no mínimo, a parcela que seria atribuída à **PATROCINADORA**, relativa aos Benefícios de Risco, conforme critérios estabelecidos no Plano de Custeio previsto no Capítulo VI deste Regulamento Complementar, ficando a **PATROCINADORA** eximida de realizar qualquer contribuição para este Participante.

§1º - O Participante que desejar manter sua inscrição, nos termos do disposto no “caput” deste artigo, deverá manifestar sua intenção, por escrito, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de cessação do contrato de trabalho ou da perda do vínculo funcional, e a partir desse momento será considerado Participante Autopatrocinado.

§2º - O Salário de Participação a ser considerado será aquele definido na Seção II do Capítulo V.

§3º - Apenas para efeito deste Regulamento Complementar, o período de manutenção da inscrição neste Plano Misto de Benefícios será computado como tempo de vinculação funcional à **PATROCINADORA**, não gerando quaisquer outras consequências ou direitos, especialmente perante a empregadora dos Participantes.

Artigo 18- O Participante, cujo contrato de trabalho com o respectivo Patrocinador for rescindido poderá optar por permanecer vinculado a este Plano Misto de Benefícios, observando-se o §1º do Artigo 30, sem obrigação de realizar qualquer nova contribuição, exceto aquelas destinadas ao custeio das Despesas Administrativas relativas à sua manutenção neste Plano. Neste caso, não fará jus aos Benefícios de Riscos, conforme definição constante do § 2º do Artigo 19 deste Regulamento Complementar, mas, tão-somente à Suplementação de Aposentadoria na forma de Benefício Proporcional Diferido, definida no Artigo 30 deste Regulamento Complementar.

Parágrafo Único - O Participante Ativo Contribuinte que desejar manter sua inscrição, nos termos do disposto no "caput" deste artigo, deverá manifestar sua intenção, por escrito, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data de cessação do contrato de trabalho ou da perda do vínculo funcional, e a partir desse momento será considerado Participante Autopatrocinado.

CAPÍTULO V DOS BENEFÍCIOS

Seção I Disposições Gerais

Artigo 19 - Os benefícios assegurados por este Plano Misto de Benefícios são os seguintes:

- a) Suplementação de Aposentadoria;
- b) Benefício Proporcional Diferido;
- c) Suplementação de Aposentadoria por Invalidez;
- d) Suplementação de Pensão por Morte;
- e) Suplementação de Abono Anual;
- f) Pecúlio por Morte;
- g) Benefício Mínimo.

§1º - Os Benefícios referidos nas alíneas “a” e “b” deste artigo incluem os chamados “Benefícios Programados”, que estão enquadrados na modalidade “Contribuição Definida”, com seus cálculos previstos na Seção IV deste Capítulo.

§2º - Os Benefícios de Suplementação referidos nas alíneas “c”, “d”, e “f” deste artigo, chamados “Benefícios de Riscos”, estão enquadrados na modalidade “Benefício Definido”, tendo seus cálculos embasados no Salário Real de Benefício, definido no Artigo 25 deste Regulamento Complementar.

§3º - Os Benefícios Programados contemplam a Antecipação de Suplementação e o Benefício Proporcional Diferido previstos nos Artigos 28 e 30 deste Regulamento Complementar.

§4º - É vedada a percepção de benefícios elencados neste artigo por Participantes que já estejam percebendo qualquer suplementação de outros Planos de Benefícios da **SOCIEDADE**, exceto quando estes Participantes estejam em gozo de Suplementação de Pensão por Morte.

§5º - Os Benefícios previstos neste Regulamento Complementar não poderão ser inferiores ao valor da renda vitalícia, atuarialmente calculada na data de início do benefício na **SOCIEDADE**, resultante de todas as contribuições pessoais vertidas pelo Participante a este Plano Misto de Benefícios.

§6º - Do montante das contribuições pessoais previstas no parágrafo anterior poderão ser descontadas as parcelas constantes do Plano de Custeio, em vigor na data da concessão do benefício destinadas à cobertura dos Benefícios de Risco, avaliados pelo método atuarial de repartição simples, de capitais de cobertura e capitalização, assim como, às Despesas Administrativas.

Artigo 20- Em nenhuma hipótese os valores dos benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social serão utilizados nos cálculos das Suplementações e nos casos dos benefícios previstos nas alíneas “c”, “d”, e “f” do Artigo 19 para os quais, o cálculo terá como base a UMC - Unidade Monetária CESAMA e o Salário Real de Benefício, definidos, respectivamente, nos Artigos 21 e 25 deste Regulamento Complementar.

Artigo 21 - A Unidade Monetária CESAMA - UMC corresponde à importância de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) em 1º de julho de 2003, e será reajustada nas mesmas épocas e pelo mesmo índice que a **PATROCINADORA** utilizar para praticar reajustamento geral de salários, e, na falta deste, a **PATROCINADORA** deverá fixar outro índice de reajustamento.

Artigo 22 - Quando constatada a ocorrência de catástrofe, a **PATROCINADORA** poderá baixar normas especiais, embasadas em parecer atuarial elaborado pelo Atuário responsável por este Plano, para o cálculo dos Benefícios de Suplementação de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte e Pecúlio por Morte.

Parágrafo Único - Considera-se catástrofe o evento que atinja determinado número de Participantes deste Plano Misto de Benefícios, de modo a alterar significativamente o número de ocorrências de invalidez e morte, atuariamente previsto, de acordo com as tábuas biométricas utilizadas na Avaliação Atuarial e definidas em Nota Técnica Atuarial.

Artigo 23 - Não prescreve o direito aos benefícios previstos neste Regulamento Complementar, mas prescreverão em 5 (cinco) anos os pagamentos não reclamados à **SOCIEDADE**, contados da data em que forem devidos.

Parágrafo Único - Não corre prescrição contra menores, incapazes e ausentes na forma da lei.

Seção II

Do Salário de Participação

Artigo 24 - Entende-se por Salário de Participação:

- I - para o Participante Ativo Contribuinte o equivalente à remuneração total do Participante, incluindo os valores recebidos a título de 13º (décimo terceiro) salário, triênios, função e atividade gratificada, limitados a 40 vezes a UMC;
- II - para o Participante Assistido, a suplementação que lhe for assegurada por força deste Regulamento Complementar;
- III - para o Participante Autopatrocinado, o Salário de Participação em vigor na data da cessação do contrato de trabalho ou da perda do vínculo funcional com **PATROCINADORA**, observado o § 2º deste artigo, limitados a 40 vezes a UMC.

§1º - Para os efeitos do disposto no "caput" deste artigo, entende-se como parcelas remuneratórias normais, todas aquelas recebidas a título de remuneração, excluídas as pagas de modo eventual, a saber:

- gratificação de férias;
- abono de férias;
- abono salarial;
- auxílio habitação;
- ajuda de custo;
- outras parcelas consideradas eventuais, de acordo com a política geral de pessoal da **PATROCINADORA**.

§2º - O Salário de Participação do Participante Autopatrocinado será aquele referente ao período mensal completo, independentemente da data em que tiver ocorrido a cessação do contrato de trabalho ou a perda do vínculo funcional com **PATROCINADORA**, corrigido conforme variação da UMC.

§3º - É obrigatória a manutenção do Salário de Participação e facultativa a manutenção das taxas de contribuição incidentes sobre ele, nos casos em que o Participante Ativo Contribuinte esteja em gozo de afastamento legal computado como tempo de serviço pela legislação previdenciária e demais disposições legais, inclusive quando passa a receber Benefício de Auxílio-Doença pelo Regime Geral de Previdência Social, considerando como base de cálculo, portanto, o Salário de Participação como se em atividade estivesse.

§4º - Não se enquadra na situação prevista no § 3º deste artigo, o Participante que se afasta dos quadros funcionais da **PATROCINADORA** por invalidez.

§5º - O 13º (décimo terceiro) salário será considerado como Salário de Participação isolado, com o objetivo de servir como base para incidência de contribuição a este Plano Misto de Benefício.

Seção III

Do Salário Real de Benefício

Artigo 25- Para efeito de cálculo dos benefícios previstos no § 2º do Artigo 19 deste Regulamento Complementar, considera-se Salário Real de Benefício a média aritmética simples de todos os últimos Salários de Participação dos meses imediatamente anteriores ao do afastamento da atividade, ou da data de entrada do requerimento no caso de Participante Autopatrocinado, apurados em período não superior a 12 (doze) meses, ambos os casos, atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, e na sua falta, por outro índice que vier a substituí-lo, até o último mês considerado, inclusive.

§1º - O 13º (décimo terceiro) salário não será considerado para efeito de cálculo da média a que se refere este artigo.

§ 2º - Não serão considerados no cálculo do Salário Real de Benefício quaisquer aumentos do Salário de Participação, verificados no curso dos últimos 12 (doze) meses anteriores ao da concessão do benefício de suplementação, que não provenham de reajustes aplicados pela respectiva **PATROCINADORA** em caráter geral para corrigir distorção inflacionária.

§ 3º - O Salário Real de Benefício do Participante Assistido será igual ao benefício de suplementação em manutenção.

Seção IV

Da Suplementação de Aposentadoria

Artigo 26 - A Suplementação de Aposentadoria será concedida ao Participante que a requerer, atendidas cumulativamente as seguintes condições:

- I - no que se refere à idade do Participante, idade mínima igual a 60 (sessenta) anos para o sexo feminino e 65 (sessenta e cinco) anos para o sexo masculino ou Suplementação Antecipada aos 55 (cinquenta e cinco) anos para ambos os sexos, observado o disposto no Artigo 28 deste Regulamento Complementar;
- II - 7 (sete) anos ininterruptos de vinculação a este Plano Misto de Benefícios e 10 (dez) anos de vínculo empregatício ou funcional à **PATROCINADORA**, observado o § 3º do Artigo 17 deste Regulamento Complementar;
- III - desligamento do Quadro de Pessoal da **PATROCINADORA**.

Artigo 27-A Suplementação de Aposentadoria prevista nesta seção, consistirá no pagamento de uma renda mensal vitalícia calculada atuarialmente em função do saldo acumulado nos Fundo Individual Normal de Participante, Fundo Individual Extraordinário de Participante e Fundo Individual Normal de **PATROCINADORA**, existentes em nome do Participante Contribuinte na data do término do vínculo empregatício e pagas na forma prevista na Seção XI deste Capítulo. No caso do Participante Autopatrocinado, será considerada, para efeito de cálculo da Suplementação, a data do requerimento.

Parágrafo Único – Caso o valor inicial da Suplementação de Aposentadoria seja inferior a 1 vez a UMC, o Participante receberá, em forma de pagamento único, o maior entre o saldo de cotas existente em seu nome nos Fundo Individual Normal de Participante, Fundo Individual Extraordinário de Participante e Fundo Individual Normal de **PATROCINADORA** ou 3 vezes o Salário Real de Benefício, limitado a 20 vezes a UMC.

Artigo 28 - O Participante Ativo ou Autopatrocinado, desde que atenda as condições previstas nos incisos I, II e III do Artigo 26 deste Regulamento Complementar e que tenha, no mínimo, 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, poderá optar por receber o benefício de Suplementação Antecipada de Aposentadoria, e nesse caso ser-lhe-á assegurada uma renda mensal vitalícia, obtida através da transformação do saldo até então acumulado em seu nome no Fundo Individual Normal de Participante, Fundo Individual Extraordinário de Participante e Fundo Individual Normal de **PATROCINADORA**, na data do término do vínculo empregatício. No caso do Participante Autopatrocinado, será considerada, para efeito de cálculo da Suplementação, a data do requerimento.

Artigo 29 - Ao requerer sua Suplementação de Aposentadoria neste Plano Misto de Benefícios, o Participante deverá optar expressamente pela futura transformação daquele Benefício em Suplementação de Pensão por Morte, quando de seu falecimento, para que seus Beneficiários façam jus a este último benefício uma vez atendidos os requisitos regulamentares. Ocorrendo a opção pela transformação, sobre a Suplementação de

Aposentadoria a ser concedida será aplicado um coeficiente redutor, determinado atuarialmente.

Parágrafo Único - A opção pela futura transformação da Suplementação de Aposentadoria em Suplementação de Pensão por Morte será realizada apenas para os Participantes que receberem o benefício suplementar em forma de renda mensal.

Seção V

Do Benefício Proporcional Diferido

Artigo 30 - O Participante que por ocasião de seu desligamento da **PATROCINADORA** mantiver sua inscrição neste Plano Misto de Benefícios, optando pela Suplementação de Aposentadoria na forma de Benefício Proporcional Diferido, conforme previsto no Artigo 18 deste Regulamento Complementar, fará jus a esse benefício calculado na forma prevista no § 2º deste artigo, a contar da data em que o requerer à **SOCIEDADE** e desde que atendidas as exigências previstas no Artigo 26 deste Regulamento Complementar.

§ 1º - Poderá optar pelo Benefício Proporcional Diferido o Participante que atender cumulativamente as seguintes condições:

- a) tenha rompido o vínculo empregatício ou funcional com a **PATROCINADORA**;
- b) esteja vinculado a este Plano Misto de Benefícios há, no mínimo, 3 (três) anos;
- c) não tenha completado as condições estabelecidas neste Regulamento Complementar para a percepção da Suplementação de Aposentadoria, concedida por este Plano Misto de Benefícios.

§ 2º - O benefício de que trata o “caput” deste artigo será concedido sob a forma de uma renda mensal na forma prevista no Artigo 27 deste Regulamento Complementar, tomando como base o somatório do saldo acumulado em nome do Participante no Fundo Individual Normal de Participante, Fundo Individual Extraordinário de Participante e Fundo Individual Normal de **PATROCINADORA**, na data de requerimento do benefício.

§ 3º - Durante o período de diferimento o Participante não mais recolherá as contribuições normais para este Plano Misto de Benefícios, exceto as devidas até o momento da opção pelo Benefício Proporcional Diferido, mas, custeará as Despesas Administrativas da **SOCIEDADE**, relativas à sua manutenção neste Plano Misto de Benefícios.

§ 4º - Na hipótese de o Participante desistir de receber o Benefício Proporcional Diferido, antes de preencher os requisitos para a percepção da Suplementação de Aposentadoria, previstos no Artigo 26 deste Regulamento Complementar, ele poderá optar pelo Resgate de Contribuições, nos termos do Artigo 57 ou pela Portabilidade, de que trata o Artigo 58, ambos deste Regulamento Complementar.

§ 5º - Caso venha a exercer o direito à Portabilidade, o Participante perderá o direito ao recebimento do Benefício Proporcional Diferido, assim como a qualquer outro benefício

oferecido por este Plano Misto de Benefícios.

§ 6º - Na hipótese de o Participante se invalidar ou falecer durante o período de diferimento, não haverá concessão de Benefício de Suplementação por Invalidez ou Pensão por Morte, mas sim a antecipação do Benefício Proporcional Diferido, calculado na forma do § 2º deste artigo, pago ao próprio Participante ou aos seus Beneficiários, conforme o caso.

§ 7º - Na hipótese de o Participante falecer após a concessão do Benefício Proporcional Diferido, o benefício mensal a ele pago será transferido aos Beneficiários, enquanto estes mantiverem esta condição, desde que o Participante tenha optado pela continuidade aos beneficiários por ocasião de cálculo de seus benefícios.

Seção VI

Da Suplementação de Aposentadoria por Invalidez

Artigo 31 - A Suplementação de Aposentadoria por Invalidez será concedida ao Participante que apresentar atestado médico emitido por junta médica indicada pela **PATROCINADORA** ou estiver em gozo de Aposentadoria por Invalidez pelo Regime Geral de Previdência Social, que a requerer após o período mínimo de 12 (doze) meses de vinculação a este Plano Misto de Benefícios.

§ 1º - O período de vinculação ao Plano, referido neste artigo, não será exigido nos casos de Aposentadoria por Invalidez ocasionada por acidente pessoal involuntário.

§ 2º - Ficará o Participante obrigado, sob pena de suspensão de benefício, a submeter-se a exames, tratamentos e processos de reabilitação indicados pela **PATROCINADORA**; tendo a **SOCIEDADE** conhecimento que o Participante recuperou a capacidade de trabalho ou retornou voluntariamente à atividade, sua Suplementação de Aposentadoria por Invalidez prevista no “caput” deste artigo será imediatamente cancelada.

§ 3º - Ficará o Participante obrigado a comunicar a suspensão da Aposentadoria por Invalidez concedida pelo Regime Geral da Previdência Social. Tendo a **SOCIEDADE** conhecimento da referida suspensão, sua Suplementação de Aposentadoria por Invalidez prevista no “caput” deste artigo será imediatamente cancelada.

Artigo 32 - A Suplementação da Aposentadoria por Invalidez consistirá numa renda mensal, cujo valor será equivalente ao maior valor dentre os seguintes:

- a) a diferença entre o Salário Real de Benefício, definido no Artigo 25 deste Regulamento Complementar, e o valor equivalente a 10 (dez) vezes o valor da UMC, referida no Artigo 21, vigente na data de indicada no atestado médico ou na data de concessão do benefício pelo Regime Geral de Previdência Social, conforme o caso.

- b) O valor da Suplementação calculada em conformidade com o artigo 27, com base nos dados do Participante na data do atestado médico ou na data da concessão do benefício pelo Regime Geral de Previdência Social, conforme o caso..

§ 1º - Ao requerer sua Suplementação de Aposentadoria por Invalidez o Participante deverá optar expressamente pela futura transformação daquele benefício em Suplementação de Pensão por Morte, quando de seu falecimento, para que seus Beneficiários façam jus a este último benefício uma vez atendidos os requisitos regulamentares. Ocorrendo a opção pela transformação, sobre a Suplementação de Aposentadoria por Invalidez a ser concedida será aplicado um coeficiente redutor, determinado atuarialmente.

§ 2º - A opção pela futura transformação da Suplementação de Aposentadoria por Invalidez em Suplementação de Pensão por Morte será realizada apenas para os Participantes que receberem o benefício suplementar em forma de renda mensal.

§ 3º - A Suplementação de Aposentadoria por Invalidez será paga e reajustada na forma prevista na Seção XI deste Capítulo.

§ 4º - Caso o valor inicial da Suplementação de Aposentadoria por Invalidez seja inferior a 1 (uma) UMC, o Participante receberá, em forma de pagamento único, o maior entre o saldo de cotas existente em seu nome no Fundo Individual Normal de Participante, Fundo Individual Extraordinário de Participante e Fundo Individual Normal de **PATROCINADORA** ou 3 vezes o Salário Real de Benefício, limitado a 20 vezes a UMC.

Artigo 33 - O Participante que optou por manter sua inscrição neste Plano na condição de Participante Autopatrocinado, fazendo jus à Suplementação de Aposentadoria na forma de Benefício Proporcional Diferido, e vier a se invalidar antes de a requerer, não terá direito à Suplementação de Aposentadoria por Invalidez e sim à antecipação do Benefício Proporcional Diferido, calculado na forma prevista no Artigo 30 deste Regulamento Complementar.

Artigo 34 - Caso o Participante tenha a respectiva Suplementação de Aposentadoria por Invalidez cancelada, por qualquer dos motivos previstos nesta Seção, o pagamento da renda mensal será suspenso imediatamente e o saldo do Fundo Individual Normal de Participante, Fundo Individual Extraordinário de Participante, Fundo Individual Normal de **PATROCINADORA** e Fundo Coletivo de Risco será recomposto com base em estudo atuarial a ser processado pelo Atuário responsável por este Plano Misto de Benefícios, adotando-se as bases técnicas previstas na última Avaliação Atuarial deste Plano Misto de Benefícios.

Parágrafo Único – No caso previsto no “caput” deste artigo, o Participante assume a condição de Ativo Contribuinte ou Não Contribuinte ou Autopatrocinado, conforme o caso.

Seção VII

Da Suplementação de Pensão por Morte

Artigo 35 - A Suplementação de Pensão por Morte será concedida, sob a forma de renda mensal, aos Beneficiários do Participante que vier a falecer, desde que:

I - No caso de Participante Ativo ou Autopatrocinado:

- a) o Participante tenha, no mínimo, 12 (doze) meses de vinculação a este Plano Misto de Benefícios;
- b) os Beneficiários tenham obtido o benefício de Pensão por Morte no Regime Geral de Previdência Social.

II - No caso de Participante Assistido:

- a) o Participante tenha optado pela transformação de seu Benefício de Suplementação de Aposentadoria ou de Aposentadoria por Invalidez em Suplementação de Pensão por Morte, conforme previsto nos Artigos 29 e 32, respectivamente, deste Regulamento Complementar;
- b) os Beneficiários tenham obtido o benefício de Pensão por Morte no Regime Geral de Previdência Social.

§ 1º - A Suplementação de Pensão por Morte será devida a partir do dia seguinte ao da morte do Participante, observado o Artigo 23 deste Regulamento Complementar.

§ 2º - Não será exigido o mínimo de 12 (doze) meses de vinculação a este Plano Misto de Benefícios, de que trata o inciso I deste artigo, nos casos em que a morte do Participante Ativo ou Autopatrocinado tenha sido de natureza acidental.

§ 3º - A Suplementação de Pensão por Morte será paga e reajustada na forma prevista na Seção XI deste Capítulo, observando-se o § 1º do Artigo 36 deste Regulamento Complementar.

§ 4º - O Participante Ativo que não tiver Beneficiários na data do falecimento deixará para seus herdeiros o direito ao resgate de cotas e, nesse caso, os herdeiros só poderão resgatar o saldo existente no Fundo Individual Normal de Participante e Fundo Individual Extraordinário de Participante, não tendo direito ao saldo existente em nome do Participante no Fundo Individual Normal de **PATROCINADORA**.

Artigo 36 - A Suplementação de Pensão por Morte será calculada conforme os parágrafos deste artigo:

§ 1º - O valor inicial da Suplementação de Pensão por Morte será equivalente ao valor da suplementação que o Participante Assistido percebia na data de seu falecimento e que tenha optado por reverter este benefício aos seus Beneficiários nos moldes do artigo antecedente.

§ 2º - No caso do Participante Ativo, o maior valor entre aquela Suplementação de Aposentadoria por Invalidez a que teria direito na data do falecimento, conforme a alínea “a” do Artigo 32, e o saldo do Fundo Individual Normal de Participante, Fundo Individual Extraordinário de Participante e Fundo Individual Normal de Patrocinadora, posicionado na data do falecimento do Participante, transformado em renda continuada que levará em conta o perfil etário dos respectivos Beneficiários, conforme disposto no Artigo 27 deste Regulamento Complementar.

§ 3º - Caso o valor inicial da Suplementação de Pensão por Morte seja inferior a 1 (uma) UMC, os Beneficiários do Participante falecido receberão, em forma de pagamento único, o maior entre o saldo de cotas existente em nome do Participante no Fundo Individual Normal de Participante, Fundo Individual Extraordinário de Participante e Fundo Individual Normal de **PATROCINADORA** ou 3 vezes o Salário Real de Benefício, limitado a 20 vezes a UMC.

Artigo 37 - O valor da Suplementação de Pensão por Morte será rateado em parcelas iguais, entre os Beneficiários inscritos, não se adiando a concessão do benefício por falta de inscrição de outros possíveis Beneficiários.

Artigo 38 - A inscrição de Beneficiário ocorrida após a concessão da Suplementação de Pensão por Morte, somente surtirá efeitos após a data de entrada do respectivo requerimento, observado o disposto no Artigo 4º e 9º deste Regulamento Complementar.

Artigo 39 – A parcela da Suplementação de Pensão por Morte será extinta quando o Beneficiário perder esta qualidade, de acordo com o disposto no Artigo 16 deste Regulamento Complementar, não havendo redistribuição.

Parágrafo Único - Com a extinção da parcela do último Beneficiário, extinguir-se-á a Suplementação de Pensão por Morte.

Artigo 40 - Os Beneficiários do Participante que optou pela Suplementação de Aposentadoria na forma de Benefício Proporcional Diferido, falecido antes de a requerer, não terão direito à Suplementação de Pensão por Morte, e sim à transformação do saldo de cotas existentes em nome do Participante, no Fundo Individual Normal de Participante, Fundo Individual Extraordinário de Participante e Fundo Individual Normal de **PATROCINADORA**, em uma renda mensal atuarialmente calculada nos moldes do Artigo 30 § 6º deste Regulamento Complementar, que levará em conta o perfil etário dos respectivos Beneficiários.

Seção VIII

Do Abono Anual

Artigo 41 - O Participante Assistido que esteja recebendo, ou tenha recebido benefício sob a forma de renda mensal durante o ano, qualquer dos benefícios de suplementação

previstos neste Regulamento Complementar, terá direito ao recebimento de um Abono Anual.

Parágrafo Único - O Abono Anual consistirá em um pagamento anual, a ser efetuado no mês de dezembro, e corresponderá a tantos doze avos quantos forem os meses de vigência do benefício, até o máximo de doze, do valor igual à renda mensal que o Participante receber a título de suplementação. Quando não houver benefício a ser pago no mês de dezembro, o Abono Anual será calculado com base na renda mensal que o Participante recebia, cujo valor deverá ser atualizado monetariamente até a data de concessão deste benefício, observados os índices de variação patrimonial, previstos no Parágrafo Único do Artigo 53 deste Regulamento Complementar.

Seção IX

Do Pecúlio por Morte

Artigo 42 - O valor do Pecúlio por Morte de Participante Ativo Contribuinte ou Não Contribuinte será pago diretamente ao Beneficiário, especificamente indicado para tal fim, ou, na falta deste, aos Beneficiários indicados para os benefícios de prestação continuada, na forma do Artigo 7º deste Regulamento Complementar, a partir da data de apresentação de requerimento à **SOCIEDADE**.

Artigo 43 - O Pecúlio por Morte consistirá no pagamento de uma importância em dinheiro igual ao triplo do Salário Real de Benefício do Participante falecido, vigente na data de falecimento do Participante, calculado conforme disposto no Artigo 25 deste Regulamento Complementar.

Parágrafo Único - Aplica-se ao valor do Pecúlio por Morte a limitação prevista na legislação pertinente.

Seção X

Do Benefício Mínimo

Artigo 44 Todos os Participantes Não Contribuintes que se habilitarem aos benefícios definidos nas seções IV, VI, VII e IX, farão jus ao recebimento de um benefício mínimo correspondente a 3 vezes o Salário Real de Benefício, limitado a 20 vezes a UMC.

Seção XI

Da Forma de Pagamento e de Reajustamento dos Benefícios

Artigo 45 - Os Benefícios Suplementares, previstos nos §§ 1º e 2º do Artigo 19 deste Regulamento Complementar, serão pagos em forma de rendas mensais, consecutivas e

ininterruptas. O cálculo das rendas se processará atuarialmente, em função do saldo acumulado em nome do Participante Contribuinte no Fundo Individual Normal de Participante, Fundo Individual Extraordinário de Participante e Fundo Individual Normal de **PATROCINADORA**.

§ 1º - Por opção expressa do Participante Ativo, poderá requerer na data de concessão do benefício, o recebimento de uma importância em dinheiro de até 50% (cinquenta por cento) do saldo acumulado no Fundo Individual Normal de Participante, Fundo Individual Extraordinário de Participante e Fundo Individual Normal de **PATROCINADORA**, desde que o saldo remanescente de cotas venha a proporcionar uma renda mensal superior a 1 (uma) UMC, nesta mesma data.

§ 2º - O Participante que optar pelas faculdades previstas no parágrafo antecedente, fará jus ainda, às rendas mensais correspondentes ao saldo acumulado nos Fundos, calculadas conforme disposto no Artigo 27 deste Regulamento Complementar, mantendo-se os direitos referentes a um Participante Assistido previstos neste Regulamento Complementar para as rendas mensais remanescentes.

§ 3º - O pagamento dos benefícios suplementares mensais citados neste artigo será processado no último dia útil do mês a que se referem e pago no 5º dia útil do mês subsequente.

§ 4º - Se a data da elegibilidade ao benefício ocorrer entre o 1º (primeiro) e o 15º (décimo-quinto) dia do mês, a competência da primeira prestação dos Benefícios de Suplementação de Aposentadoria, será o mês da ocorrência do evento. Se a data da elegibilidade ou requerimento ao benefício ocorrer entre o 16º (décimo-sexto) e o último dia do mês, a competência da primeira prestação do Benefício de Suplementação de Aposentadoria, será o mês seguinte ao da ocorrência do evento.

§ 5º - Se a data em que o Participante Vinculado se tornar elegível à percepção do Benefício Diferido por Desligamento, ou a data de requerimento do Benefício pelo Participante Vinculado Contribuinte, ocorrer entre o 1º (primeiro) e o 15º (décimo-quinto) dia do mês, a competência da primeira prestação do Benefício Proporcional Diferido será o mês da elegibilidade ou requerimento do Benefício. Se a data de elegibilidade ou requerimento do Benefício ocorrer entre o 16º (décimo-sexto) e o último dia do mês, a competência da primeira prestação do Benefício Proporcional Diferido, será o mês seguinte a data de elegibilidade ou requerimento do Benefício.

§ 6º - Se a data em que o Participante preencher as condições para o recebimento da Suplementação de Aposentadoria por Invalidez ocorrer entre o 1º (primeiro) e o 15º (décimo-quinto) dia do mês, a competência da primeira prestação desse Benefício, será o mês da ocorrência do evento. Se a data de preenchimento das condições para o recebimento da Suplementação de Aposentadoria por Invalidez, ocorrer entre o 16º (décimo-sexto) e o último dia do mês, a competência da primeira prestação da Suplementação de Aposentadoria por Invalidez será o mês seguinte ao da ocorrência do evento.

§ 7º - Será considerado nos § 4º, 5º e 6º deste Artigo como data do direito ao benefício a data mais recente entre a elegibilidade e a solicitação do benefício.

§ 8º - Os benefícios de renda mensal serão atualizados, anualmente, todo mês de setembro, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE.

Artigo 46 - O Participante Assistido poderá ter os seguintes descontos de sua suplementação mensal:

- a) valores recebidos indevidamente da **SOCIEDADE**, que para efeito de desconto serão atualizados monetariamente, conforme definido pela **SOCIEDADE**;
- b) os descontos legais, tais como, imposto de renda na fonte e descontos decorrentes de sentenças judiciais;
- c) outros descontos autorizados pelos Participantes, desde que aprovados pela **PATROCINADORA**.

CAPÍTULO VI DO CUSTEIO

Artigo 47 - Compete à **PATROCINADORA**, ouvida a **SOCIEDADE**, a aprovação do Plano de Custeio deste Plano Misto de Benefícios, por recomendação da **SOCIEDADE** embasada em Parecer Técnico-Atuarial emitido pelo Atuário responsável por este Plano Misto de Benefícios.

Parágrafo Único - Independentemente do disposto neste artigo, o Plano de Custeio será revisto sempre que ocorrerem eventos determinantes de alterações nos encargos da **PATROCINADORA**.

Artigo 48 – O presente Plano Misto de Benefícios poderá ser custeado pelas seguintes fontes de receita:

- I - **Contribuição Normal de Participante:** Para os funcionários que aderirem ao Plano após 1 (um) ano, a partir da data efetiva de implantação do Plano, contribuições mensais, básicas e facultativas, dos Participantes Ativos ou Autopatrocinados, apuradas mediante a aplicação de um percentual de 3% a 6% para os participantes com salários até 20 UMC e de 6% a 12% para os participantes com salários superiores a 20 UMC aplicados sobre os respectivos Salários de Participação;
- II - **Contribuição Extraordinária de Participantes:** contribuições esporádicas dos Participantes Ativos ou Autopatrocinados, consistentes em importâncias por eles livremente escolhidas;

- III - **Contribuição de Riscos de Participante:** contribuições dos Participantes Ativos ou Autopatrocinados apuradas mediante a aplicação de percentual sobre os respectivos Salários de Participação, destinadas a custear os Benefícios de Riscos, de acordo com o Plano de Custeio; e será destinado ao Fundo Coletivo de Riscos;
- IV - **Contribuição Normal de PATROCINADORA:** Para os funcionários que aderirem ao Plano após 1 (um) ano, a partir da data efetiva de implantação do Plano, contribuições mensais da **PATROCINADORA**, básicas e facultativas, equivalentes a 100% da Contribuição Normal de Participante;
- V - **Contribuição para Benefício Mínimo de PATROCINADORA:** contribuições mensais da **PATROCINADORA** apuradas mediante a aplicação de um percentual sobre os Salários de Participação dos Participantes Ativos a ela vinculados, destinadas a custear o Benefício Mínimo, de acordo com o Plano Anual de Custeio, e será destinado ao Fundo Coletivo de Benefício Mínimo, calculado atuarialmente;
- VI - **Contribuição de Riscos de PATROCINADORA:** contribuições mensais da **PATROCINADORA** apuradas mediante a aplicação de um percentual sobre os Salários de Participação dos Participantes Ativos a ela vinculados, destinadas a custear os Benefícios de Risco, de acordo com o Plano Anual de Custeio, e será destinado ao Fundo Coletivo de Riscos;
- VII - rendimentos das aplicações das contribuições relacionadas nos incisos antecedentes.

§ 1º - O Participante Ativo ou Autopatrocinado, mediante aprovação da **PATROCINADORA**, poderá suspender por um período máximo de 12 (doze) meses suas contribuições, mensais, destinadas aos benefícios programados que compõem este Plano Misto de Benefícios.

§ 2º - As contribuições extraordinárias dos Participantes, previstas no inciso II deste artigo, poderão ser feitas a qualquer tempo, desde que o valor da contribuição seja no mínimo igual a uma UMC, definida no Artigo 21 deste Regulamento Complementar.

§ 3º - Para os participantes que aderirem ao plano até 1 (um) ano da Data Efetiva da implantação, será adotado plano de custeio próprio, não discriminatório, que objetivará alcançar um benefício equivalente a 70% do salário menos 10 UMC vezes Tempo de Casa na Cesama, limitado a 30, dividido por 30, com Benefício Mínimo Mensal de 20% do salário. Os percentuais de contribuição de participante e **PATROCINADORA**, serão parte integrante da Proposta de Inscrição. Se for da vontade do participante, ele poderá optar por uma contribuição mensal de no mínimo 50% daquela definida no referido Plano de Custeio. A contribuição da **PATROCINADORA** será reduzida de percentual equivalente aquele escolhido pelo participante. As contribuições do Participante e da **PATROCINADORA** serão classificadas em Contribuição Normal de Participante e

Contribuição Normal de **PATROCINADORA**, respectivamente, sendo destinadas ao Fundo Individual Normal de Participante e Fundo Individual Normal **PATROCINADORA**.

§ 4º - O disposto no parágrafo acima não representa garantia de benefício na data da aposentadoria, trata-se apenas de uma meta utilizada para determinação das contribuições individuais.

Artigo 49 - A **PATROCINADORA**, com base em parecer do Atuário responsável por este Plano Misto de Benefícios, poderá fixar contribuições especiais por conta da **PATROCINADORA** e/ou dos Participantes, destinadas à cobertura do Fundos Coletivos com insuficiências de recursos.

Artigo 50 - A **SOCIEDADE** poderá manter convênios com a **PATROCINADORA**, para desconto em Folha de Pagamento das contribuições devidas para este Plano Misto de Benefícios por seus Participantes Ativos Contribuintes. Uma vez celebrado o convênio, aquelas contribuições serão obrigatoriamente realizadas por esse sistema.

§ 1º - As contribuições mensais de responsabilidade direta do Participante deverão ser pagas até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte àquele a que se referirem. O atraso no pagamento das contribuições mensais sujeitará o Participante ao pagamento do débito atualizado monetariamente até a data de sua quitação, com a incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, mais multa de 2% (dois por cento) a ser aplicada sobre o total devido.

§ 2º - O atraso por 3 (três) meses consecutivos ou 4 (quatro) intercalados num mesmo exercício no pagamento das contribuições devidas diretamente pelo Participante para este Plano Misto de Benefícios, acarretará o cancelamento de sua inscrição, conforme previsto no inciso IV do Artigo 13 deste Regulamento Complementar, quando, após notificação, o devedor não pagar o total devido no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de seu recebimento.

§ 3º - As contribuições mensais de responsabilidade da **PATROCINADORA** deverão ser pagas até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte àquele a que se referirem. O atraso no pagamento das contribuições mensais sujeitará a **PATROCINADORA** ao pagamento do débito atualizado monetariamente de acordo com o Artigo 22 do Regulamento Básico da **SOCIEDADE**.

§ 4º - Os valores referentes às multas aplicadas aos Participantes e à **PATROCINADORA** decorrentes do atraso no pagamento de contribuições serão revertidos para o Fundo Coletivo Previdencial deste Plano Misto de Benefícios.

Artigo 51 - As contribuições dos Participantes e da **PATROCINADORA** para este Plano Misto de Benefícios serão pagas à **SOCIEDADE**, que efetuará os investimentos e contabilizará em cada conta todos os valores e rendimentos obtidos.

CAPÍTULO VII

DOS FUNDOS DE COTAS

Artigo 52 - As contribuições destinadas ao custeio deste Plano Misto de Benefícios serão transformadas em cotas que comporão fundos, na seguinte forma:

- I - **Fundo Individual Normal de Participante** - constituído pelas contribuições mensais normais, básicas e facultativas dos Participantes deste Plano Misto de Benefícios;
- II - **Fundo Individual Extraordinário de Participante** – constituído pelas contribuições esporádicas dos Participantes;
- III - **Fundo Individual Normal de Patrocinadora** - constituído pelas contribuições mensais normais básicas da **PATROCINADORA**;
- IV - **Fundo Coletivo Previdencial** - constituído de transferências dos saldos remanescentes verificados no Fundo Individual Normal de **PATROCINADORA** dos Participantes Ativos que se desvincularam deste Plano, os saldos remanescentes de Participantes e Beneficiários cujos benefícios vierem a se extinguir, bem como das multas aplicadas conforme disposto no §4º do Artigo 50.
- V - **Fundo Coletivo de Risco** - constituído pelas contribuições mensais dos Participantes e da **PATROCINADORA**, previstas, para esse fim, nos incisos III e VI do Artigo 48 deste Regulamento Complementar, que ficarão disponibilizadas em uma conta única, destinado ao pagamento dos Benefícios de Riscos fixados neste Regulamento Complementar.
- VI - **Fundo Coletivo de Benefício Mínimo** – constituído pelas contribuições mensais da **PATROCINADORA**, previstas, para esse fim, no inciso V do Artigo 48 deste Regulamento Complementar, que ficarão disponibilizadas em uma conta única, destinado ao pagamento dos Benefício Mínimo fixados neste Regulamento Complementar.

Artigo 53 - As cotas dos Fundos referidos no Artigo 52 deste Regulamento Complementar terão, na data da implantação deste Plano Misto de Benefícios, o valor original de R\$ 1,00 (um real).

Parágrafo Único - O valor de cada cota será mensalmente determinado em função da valorização do patrimônio deste Plano Misto de Benefícios e mediante a divisão do valor total dos Fundos pelo número de cotas existentes.

Artigo 54 - A movimentação dos fundos serão feitas em cotas e o valor a ser creditado ou debitado, em cada uma delas, será o do mês da movimentação.

Artigo 55 – A **PATROCINADORA** poderá autorizar a utilização de parte do saldo do Fundo Coletivo Previdencial em benefício dos membros deste Plano Misto de Benefícios,

inclusive para abater contribuições de **PATROCINADORA** e **PARTICIPANTE**, na proporção de suas contribuições, devendo constar do Plano de Custeio.

Artigo 56 - A **SOCIEDADE** enviará aos Participantes deste Plano Misto de Benefícios extratos anuais de seu Fundo Individual Normal de Participante, Fundo Individual Extraordinário de Participante e Fundo Individual Normal de Patrocinadora, contendo:

- a) valores das contribuições pagas pelo Participante em cada mês do ano;
- b) número de cotas adquiridas pelo Participante em cada mês do ano;
- c) valores das contribuições individuais creditadas aos Participantes em razão de contribuições pagas pela **PATROCINADORA** no ano;
- d) número de cotas creditadas em nome do Participante no ano;
- e) saldo de cotas em cada um dos fundos no final do ano;
- f) valor da cota no final do ano.

CAPÍTULO VIII

DO RESGATE DE CONTRIBUIÇÕES

Artigo 57 - Ao Participante Ativo ou Autopatrocinado que tiver cancelada sua inscrição em razão de qualquer das hipóteses previstas no Artigo 13 deste Regulamento Complementar, e não tenha completado as condições estabelecidas neste Regulamento Complementar para a percepção da Suplementação de Aposentadoria, concedida por este Plano Misto de Benefícios após desligar-se da **PATROCINADORA**, é assegurado o resgate correspondente à totalidade de cotas existentes em seu nome no Fundo Individual Normal de Participante e Fundo Individual Extraordinário de Participante, observado o disposto no Artigo 15 deste Regulamento Complementar, exceto as contribuições destinadas ao custeio dos Benefícios de Riscos creditadas em conta específica conforme disposto no Artigo 52 deste Regulamento Complementar.

§ 1º - O deferimento ao requerimento de resgate de cotas dar-se-á dentro do prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação à **SOCIEDADE**, o qual, por sua vez, terá recebido o extrato de que trata o § 2º do Artigo 13 deste Regulamento Complementar.

§ 2º - A **SOCIEDADE** providenciará o pagamento do resgate, em parcela única, dentro do prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias ou, por opção única e exclusiva do Participante, o pagamento em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, em número constante de cotas, a contar da data de apresentação do pedido, observado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 3º - O valor do resgate previsto no “caput” deste artigo será acrescido de um percentual fixo, variando de acordo com a tabela apresentada neste parágrafo, mais um percentual de 1% (um por cento) por ano de serviço prestado na **PATROCINADORA**, sendo que estes dois últimos percentuais somados e limitados a 50% (cinquenta por cento), incidirão sobre o saldo da conta composto pela Contribuição Normal de **PATROCINADORA** aportadas em nome do Participante e destinadas à cobertura do Benefício de Aposentadoria para este Plano Misto de Benefícios.

TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO (EM ANOS)	(%) DE DEVOLUÇÃO DO SALDO DA CONTA COMPOSTO PELA CONTRIBUIÇÕES NORMAIS DA PATROCINADORA
Até 4	0
Mais de 4 até 10	3
Mais de 10 até 15	6
Mais de 15 até 20	9
Mais de 20 até 25	12
Mais de 25 até 30	18
Acima de 30	20

CAPÍTULO IX DA PORTABILIDADE

Artigo 58 – O Participante Ativo que tiver perdido seu vínculo empregatício ou funcional com a **PATROCINADORA** e o Participante Autopatrocinado que requerer o cancelamento de inscrição, conforme previsto no inciso II do Artigo 13, poderá exercer o direito de Portabilidade de seu Direito Acumulado, observada a legislação em vigor e o disposto nos parágrafos deste artigo, desde que atendidas as seguintes condições:

- tenha rompido o vínculo empregatício ou funcional com a **PATROCINADORA**;
- esteja vinculado a este Plano Misto de Benefícios há, no mínimo, 3 (três) anos;
- não tenha completado as condições estabelecidas neste Regulamento Complementar, para a percepção da Suplementação de Aposentadoria; e
- não tenha optado pelo Resgate de Contribuições, nos termos do Artigo 57 deste Regulamento Complementar.

§ 1º - O Participante que desejar efetuar a Portabilidade, nos termos do disposto no "caput" deste artigo, deverá manifestar sua intenção, por escrito, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o término do vínculo empregatício ou a solicitação de cancelamento de inscrição.

§ 2º – O valor a ser portado, calculado na data definida no § 3º do Artigo 13 deste Regulamento Complementar, corresponderá à totalidade dos saldos, em reais, do Fundo Individual Normal de Participante, Fundo Extraordinário de Participante, e Fundo Individual Normal de Patrocinadora, apurados na data base do cálculo em valor de cotas e

atualizados até a data da efetiva transferência.

§ 3º - Uma vez cumpridas as condições e as formalidades previstas no “caput” e nos parágrafos anteriores deste artigo, a **SOCIEDADE** adotará as medidas necessárias à transferência dos recursos a serem portados, observadas as regras estabelecidas na legislação aplicável vigente.

§ 4º - A opção pela Portabilidade será exercida em caráter irrevogável e irretratável.

§ 5º - Uma vez efetivada a transferência dos recursos portados, cessará todo e qualquer direito do Participante em relação a este Plano Misto de Benefícios.

CAPÍTULO X

DAS ALTERAÇÕES DO REGULAMENTO COMPLEMENTAR DO PLANO MISTO DE BENEFÍCIOS

Artigo 59 - Este Regulamento Complementar poderá ser alterado por deliberação da **PATROCINADORA**, em comum acordo com a **SOCIEDADE**, observadas as normas estatutárias aplicáveis à matéria e mediante aprovação da autoridade competente.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 60 - Na hipótese de liquidação deste Plano Misto de Benefícios deverão ser observadas as disposições legais vigentes.

Artigo 61 - A **SOCIEDADE** poderá solicitar periodicamente dados aos Participantes Assistidos, visando a manter o Cadastro do Plano atualizado, podendo a **SOCIEDADE** deliberar a suspensão do Benefício de Suplementação, caso haja sonegação das informações solicitadas.

Artigo 62 - Os casos omissos serão regulados em comum acordo pela **SOCIEDADE** e a **PATROCINADORA** e os casos controversos deverão ser submetidos à apreciação da autoridade competente.

Artigo 63 - O presente Regulamento entrará em vigor após sua aprovação pela autoridade competente.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 64 – Os Participantes Ativos inscritos neste Plano em até 1 (um) ano da Data Efetiva do Plano poderão optar por não contribuírem para o Plano, por ocasião de sua inscrição, sendo, neste caso, considerados Participantes Ativos não Contribuintes.

Artigo 65 – A faculdade prevista no artigo 64 não se aplica aos Participantes Ativos inscritos no Plano após 1 (um) ano da Data Efetiva do Plano.

Artigo 66 – Estarão dispensados do cumprimento do §1º do Artigo 6º os empregados e dirigentes da CESAMA, que estejam em pleno exercício de suas atividades laborais na Data Efetiva do plano.